

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

CONTRIBUIÇÕES DA VIA CAMPESINA EM PROCESSOS EDUCATIVOS AGROECOLÓGICOS NA AMÉRICA LATINA

Aparecida do Carmo Lima¹

Janaina Stronzake²

Judite Stronzake³

Rosangela Celia Faustino⁴

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a constituição das experiências de educação construídas pelos trabalhadores do campo, organizados na Via Campesina Internacional, com atuação na América Latina. Por meio de análise documental e observação participativa, explicitamos a articulação e as iniciativas dos Movimentos Sociais Populares do Campo sobre a educação, a formação humana, política e técnica de seus membros e de militantes de outros movimentos, como os urbanos. A Via Campesina Internacional qualifica os sujeitos do campo para atuar de forma consciente nos processos da organização política e econômica nas comunidades camponesas, nos quais se inclui a agroecologia.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo, La Via Campesina, Formação em Agroecologia.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the constitution of educational experiences led by field workers, organized in the International Organization Via Campesina, with activities in Latin America. Through documentary analysis and participant

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), integrante do MST, professora orientadora do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo (UEM-INCRAPRONERA). E-mail: cidaems@gmail.com

² Doutoranda em Estudos sobre Desenvolvimento pela Universidad del Pais Vasco. Mestre em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. Especialista em Educação. Graduada em História, educadora da Escola Nacional Florestan Fernandes. E-mail: terrajana@gmail.com

³ Doutoranda em Estudos Sociais Agrários da América Latina. Mestre em Ciência da Integração na América Latina. Especialista em Educação do Campo e graduada em Pedagogia. Integrante do MST, Educadora da Escola Nacional Florestan Fernandes.

⁴ Doutora em História e Política (UFSC), Professora da Universidade Estadual de Maringá, (PR). E-mail: rcaustino@uem.br

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

observation, we expose the articulation and initiatives of the Countryside Popular Social Movements, on their joint initiatives to provide education and human, political and technical formation of its members and militants of other movements such as the urban one. Via Campesina International qualifies workers and field workers to act consciously in the processes of political and economical organization in rural communities, in which agroecology is included.

Keywords: Countryside Popular Social Movements, Via Campesina, Agroecology Formation.

Introdução

Neste artigo abordamos elementos sobre processos formativos em Agroecologia, propostos e conduzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados na Via Campesina América do Sul, sua relação com o sistema capitalista global e suas contribuições na formação de uma identidade de classe trabalhadora latino-americana, especificamente junto aos povos do campo.

A Via Campesina é composta por cerca de 160 organizações locais e nacionais, em 73 países de América, Europa, África e Ásia. Representa aproximadamente a 200 milhões de camponeses e camponesas, em movimentos de sem terras, assalariados/as rurais, pequenos camponeses/as, pescadores, indígenas, ribeirinhos, mulheres e jovens. Define-se como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de qualquer outro tipo” (Via Campesina⁵).

No Brasil, integram a Via Campesina os Movimentos Sociais Populares do Campo⁶ com as seguintes organizações: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos

⁵ Página web www.viacampesina.org

⁶Na leitura de Verdério e Silva (s/d), a utilização do conceito de Movimentos Sociais Populares do Campo tem por perspectiva “a de compreender a atuação de determinados movimentos sociais classistas - neste caso os povos trabalhadores do campo – que se configuram no confronto direto com o capital, rompendo desta forma com uma postura pós-moderna, que ao utilizar-se do termo ‘novos movimentos sociais’ deixa de lado a centralidade da luta de classe, e desvincula a luta destes movimentos sociais da perspectiva de um projeto de sociedade contraposto ao da sociedade capitalista.”

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Para realizar o presente trabalho, utilizamos o método histórico e dialético, com análise de documentos, revisão bibliográfica e observação participativa na Escola Milton Santos, Instituto Latino-americano de Agroecologia Paulo Freire - IALA, Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), Escola Nacional Florestan Fernandes e IALA GUARANI, o recorte no tempo da pesquisa é do período de 2008 a 2012, de acompanhamento sistemático a essas experiências. Utilizamos relatórios de atividades sistematizados pelas Coordenações Político Pedagógicas (CPP) das escolas citadas acima, na vivência concreta, observação participante com caderno de campo, cartilhas de sistematização de experiências e livros que abordam a temática, bem como algumas perguntas estruturadas que orientaram no período. A base empírica analisada foram à organização do trabalho escolar, os projetos políticos e pedagógicos, a organização dos tempos educativos e o currículo.

Na singularidade da nossa América Latina, dentro da luta permanente dos povos contra a dominação do capital global, está a luta política para alterar as estruturas educacionais, de maneira que a maioria da população – os trabalhadores e trabalhadoras – tenha acesso à educação. A classe trabalhadora organizada reivindica condições dignas de vida e luta por uma educação pública gratuita e de qualidade; essa exigência é assumida pelos Movimentos Sociais e Populares do Campo vinculados à Via Campesina e à Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo (CLOC).

Essas organizações foram criadas no período histórico de aplicação generalizada de políticas neoliberais, que se iniciou com adoção de uma política de ajuste econômico contra os trabalhadores; o neoliberalismo teve seus primeiros ensaios no Chile de Pinochet, Estados Unidos de Reagan e Inglaterra de Thatcher; posteriormente, tais políticas foram impostas pelo Banco Mundial e

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Fundo Monetário Internacional aos países credores do antigo Terceiro Mundo, com sua proposta de Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para capital (Harvey, 2008). As características, implementação e expansão das políticas neoliberais não cabem nos limites deste artigo, mas, um debate sobre o tema pode ser encontrado na dissertação de Lucas Massimo T. A. de Souza⁷, em artigo de Jorge Antônio da Silva Sito⁸, em artigo de Boaventura de Sousa Santos⁹, artigo de Cássio Donizete Marques¹⁰, artigo de Alfredo Saad Filho¹¹, e artigo de Antonio de Ponte Jardim e Otair Fernandes de Oliveira¹², entre outros.

Nesse contexto de crises, as organizações populares se tornaram mais do que ferramentas na luta dos trabalhadores/as do campo, pautando temas inerentes ao cotidiano da humanidade, como a educação específica a cada realidade, a alimentação saudável, suficiente e soberana, etc. É nessa materialidade que os sujeitos coletivos do campo, latino-americanos, rearticularam linhas de ações e a unidade política na luta permanente contra o sistema do capital e as novas imposições do modelo de gestão e princípios neoliberais.

Desta forma, tecemos nossa contribuição no sentido de apresentar alguns processos educativos da Via Campesina que acontecem em espaços e tempos distintos por meio de encontros, cursos formais e não formais, seminários e conferências, com atenção aos espaços e cursos que promoveram o debate, a pesquisa e a formação da agroecologia, enfatizando sua importância, concepções e abordagens.

⁷ A implantação das reformas neoliberais no Brasil na década de 1990: a produção das revistas 'Economia e Sociedade' e 'Dados' em debate, dissertação, Unicamp, IFCH, 2012.

⁸ *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Uma Análise Crítica*, Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Especialização em Organização Escolar da UFSM.

⁹ A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72, pp 07-44, 2005.

¹⁰ Aspectos Econômicos do Neoliberalismo, em http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/ed02/ed_02_artigo_02.pdf

¹¹ Neoliberalismo: uma análise Marxista. *Marx e Marxismo* v.3,n.4, jan/jun/2015.

¹² Globalização, Neoliberalismo e Estado-Nação: Reflexões analíticas, *Revista Perspectiva Sociológica*, Ano 2, nº 3, mai.-out./2009

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Inicialmente, abordamos elementos do contexto histórico contemporâneo da sociedade, da política hegemônica do sistema capitalista e a sua relação com a educação. Em um segundo momento, discutimos as principais linhas políticas orientadoras de unidade política objetivando ações conjuntas dos Movimentos Sociais e Populares do Campo da Via Campesina América do Sul e seus processos educativos. Finalizamos com algumas considerações sobre a contribuição da Via Campesina no processo de construção de identidade de classe entre o campesinato na América Latina através dos sistemas educativos.

A relação entre o sistema capitalista e a Educação do Campo

A sociedade capitalista apresenta contradições nas relações sociais de produção que abrangem a cultura, a educação e as relações humanas. Na análise de Istvan Mészáros (2002, p.1029), o sistema global atual, “sociometabólico do capital”, tem alterado radicalmente as relações sociais de produção, a cultura e a política.

Na atual fase de mundialização do capital, que Alves (2007) chama de financerização da economia, o sistema produz e reproduz uma realidade no campo e na cidade de profundos contrastes sociais, educacionais, ambientais e econômicos. Vivenciamos a ausência de promoção de rupturas do sistema; ao contrário, ocorre uma qualificação do desenvolvimento do capital, que transforma em mercadorias até mesmo elementos naturais, como a água e o ar.

Ainda de acordo com Alves (2007), a principal característica do sistema capitalista nessa fase atual é a hegemonia do capital financeiro, o sistema de metabolismo social¹³ da produção destrutiva, “uma nova forma de sócio-metabolismo, o *sócio-metabolismo da barbárie* com características específica [...]”.

¹³ Para Mészáros (2002), a definição do sistema de metabolismo social do capital sendo poderoso e abrangente, dá a centralidade ao tripé **capital, trabalho e Estado** – aspectos fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas. Não tem limites para sua expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável e produtor da barbárie social.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

A mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas” (2007, p.179-180, grifo no original). É o que parece ser uma expansão da lógica depredadora, destrutiva e incorrigível do capital (Mészáros, 2002).

Portanto, o movimento internacional do capital incide, em maior ou menor grau, sobre as estruturas e conjuntura de América Latina. Mészáros (2002) escreve que o sistema global capitalista situa-se em um processo de transição histórica planetária, constituindo um sistema mundial altamente contraditório, sendo seu domínio “fundado no atual sistema da divisão do trabalho, que não pode ser abolido apenas por um ato político, mesmo que radical e livre de ‘degeneração’, prevalece assim durante uma parte significativa do período de transição” (Mészáros, 2002, p.1029). Essa transição seria para uma sociedade não capitalista.

As contradições do capital já foram apontadas por Marx (2006), indicando como a exploração fica ‘escondida’, o humano se torna mercadoria e a mercadoria adquire vida pelo processo de fetichização (2006, p. 92), com uma tendência à barbarização da sociedade. Alves (2007, p.176) afirma que “no século XXI, a barbárie social deixou de uma possibilidade concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital”, nesses tempos de crise estrutural do capital a ofensiva não acontece apenas contra os trabalhadores, mas, essa barbárie se exemplifica na sociedade contemporânea brasileira nos estragos causados na bacia do Rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo, onde lama de rejeitos de extração mineral destruiu pessoas, animais, água e a terra, ou as mudanças climáticas, com deslizamentos, inundações, secas, tornados, etc., ou o assassinato de jovens, criminalizados pela cor de sua pele e pela sua classe social nas periferias das cidades, esses fatos são exemplos da barbárie social em sua plena materialidade.

A crise mundial, que ao menos desde 2008 se manifesta concretamente em campos como o alimentício (Stronzake, 2013), é manifestação de uma crise estrutural de reprodução do capital, com seus componentes de superprodução de

Trabalho necessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

uma sociedade de mercadorias; e tem repercussões na esfera educacional em todos os países.

As sucessivas crises econômicas do sistema capitalista causam impactos na área educacional, uma vez que a reorganização da produção sofre bruscas mudanças, impondo reformulações constantes na política educacional para acomodar à formação dos trabalhadores e trabalhadoras às necessidades do sistema tal qual ocorreu no fordismo, taylorismo e, mais recentemente no toyotismo, que visa ao treinamento e disciplinarização para o trabalho (Harvey, 2004) em detrimento da formação com vistas à emancipação humana.

O capitalismo vem construindo organicamente a sua hegemonia, considerando que “[...] a financeirização não é apenas uma política ou uma ideologia, mas também uma cultura hegemônica do sistema do capitalismo global, constituindo uma cultura dominante (Alves, 2007, p. 183)”. Como parte dessa relação, temos a criação de artefatos e instituições que desempenham funções importantes almejando à reprodução da ideologia dominante, seja através da política, da cultura, da educação, seja da ciência e ou da tecnologia.

Mészáros (2002, p.1036) explica que “a mistificação político-ideológica não se alimenta de si mesma (se assim fosse, seria relativamente fácil suplantá-la), mas de uma contradição objetiva da base socioeconômica”. A ação humana, por intermédio do trabalho em intercâmbio com a natureza, é condição para a produção da existência social e de educação. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho humano sofreu alterações e se tornou uma coisa estranhada ao sujeito social, sendo este último expropriado das condições materiais e cultural e tornando-se um ser alienado de sua condição história. Portanto, é na sociedade moderna capitalista que o trabalho humano se tornou uma mercadoria (Marx, 2006).

As relações sociais de produção capitalista, a organização social dos trabalhadores, a consciência de classe, o trabalho pedagógico de desvelamento da dominação e a práxis, enfim, a educação dos trabalhadores são espaços-territórios de atuação da Via Campesina. Com as alterações ocorridas na

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

atualidade, o campo latino-americano não permaneceu imune, alguns aspectos estão presentes no território mediante as empresas transnacionais que representam a reestruturação e a expansão sistêmica do capitalismo global na tentativa de superação da profunda crise estrutural do modo de produção capitalista, o qual se tornou mais visível a partir de meados dos anos de 1970.

No ano de 1993, os trabalhadores/as camponeses criaram a Via Campesina Internacional como um instrumento político capaz de aglutinar forças na luta contra o sistema global capitalista (Rosset, 2005, p.8); na atualidade, a Via Campesina está organizada em oito regiões: Europa Ocidental e Oriental, Noroeste, Sudeste, e Sul da Ásia, América do Norte, do Sul e Central, Caribe e África.

Observa-se que os trabalhadores camponeses organizam-se em uma rede internacional de articulação nos anos 90, também o poder da ideologia da classe dominante através dos valores conservadores e alienantes, utopias de mercado se proliferam no tecido social em escala global mediante conteúdos da mídia empresarial, da literatura e das redes sociais que fortalecem a reprodução da sociedade dividida em classes sociais.

No que tange a educação, foi reestruturada no contexto das reformas neoliberais dos anos de 1990 (Faustino, 2006), tem contribuído para sedimentar e reproduzir a ideologia dominante, e, portanto, a reprodução social, por meio da ofensiva ideológica da classe dominante. Hoje tem 'reorganização' das escolas públicas pelo Governo do Estado de São Paulo, os adolescentes e jovens estão em manifestações pelo não fechamento de 96 escolas públicas, por exemplo.

Na análise de Mészáros (2002), os sujeitos sociais que tenham ideologias críticas articulam interesses das classes subordinadas devem negar totalmente o sistema capitalista, "suas determinações objetivas e às instituições de controle socioeconômico e político-cultural" (Mészáros, 2002, p.1033).

Sendo os trabalhadores sujeitos importantes na construção de mediações necessárias para a transição, e ao assumirem como alternativa um projeto socialista, existe o risco de criar mediações falsas aos propósitos, podendo, por

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

equivoco, criar instrumentos políticos para “humanizar o capital”, e não para superá-lo.

Nessa perspectiva, o esforço é dobrado diante do desafio histórico. Salienta Mészáros (2002) que de nada adianta a crítica pela crítica e a negação do sistema; há que se dispor, para construir no bojo das relações capitalistas, alternativas embrionárias do projeto socialista que se almeja,

Por isso, o projeto socialista não pode se contentar com a negatividade da revolução política, embora ela seja necessária, mas deve lutar pela revolução social intrinsecamente positiva, no decorrer da qual os indivíduos associados podem “mudar de cabo a rabo as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser (Marx)” (Mészáros, 2002, p.1034 grifo no original).

Em uma sociedade cujo objetivo primeiro é o lucro, advindo da exploração da força de trabalho e da extração desmedida dos recursos naturais, que defende os princípios do individualismo, da competitividade, a relação entre educação e emancipação não se constitui e não tem vínculo orgânico. A sociedade capitalista, contudo, diante das suas crises cíclicas, sempre criou as condições para redesenhar e formatar o seu projeto societário. As principais estratégias que têm contribuído para a reprodução do capital e das relações sociais tais quais se apresentam na atualidade são a manutenção da propriedade privada dos meios de produção; o conhecimento e a tecnologia, que se configuram como força produtiva; a hegemonia da cultura dominante; os meios de comunicação de massa e a instituição escolar.

A educação escolar, principalmente a de cunho liberal, tem contribuído significativamente para a reconfiguração e reprodução social do capital, pois a educação na sociedade capitalista se constitui como um instrumento político em disputa, a exemplo das formulações de políticas educacionais direcionadas pelo interesse de grupos e empresas integradas ao sistema do capital. No mundo globalizado, as idéias neoliberais adotadas e valorizadas pelos países das economias centrais (Faustino, 2006) criam raízes na vida material e cultural. As relações sociais, baseadas na divisão de classes do sistema de mercado, cada

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

vez se reproduzem mais, reafirmando os antivalores humanos e supervalorizando a mercadoria e o consumismo. As ações dos sujeitos não são pautadas, a priori, na construção de projetos alternativos coletivos que buscam a superação das condições materialmente desiguais.

A educação como conceito amplo está relacionada aos processos da produção da vida, mas quando vinculamos a dimensão da educação em âmbito escolar, fazem-se necessário garantir um dos objetivos centrais dessa instituição, que é a socialização do conhecimento histórico produzido pela humanidade, os saberes científicos, técnicos, culturais e tecnológicos em vista do bem comum.

Para Mészáros (2005), é preciso romper com os processos de interiorização do capital, os quais perpassam a dimensão da produção da vida, do trabalho, ou seja, a relação entre educação e processos emancipatórios interligados com as formas de organização e relação de trabalho. Assim, a construção de uma educação articulada com o processo de emancipação é uma tarefa histórica e coletiva.

Em nossa análise, os processos educativos em construção na Via Campesina têm vínculo com os anseios de uma educação para a emancipação humana, ou seja, uma educação para além do capital (Mészáros, 2005), haja vista a intrínseca relação nos processos sociais da produção da vida e nos processos de educação do ser humano. Mészáros (2005) sublinha que se faz necessário universalizar materialmente o trabalho, porque essa dimensão é indissociável da educação em sentido amplo, e que, por conseguinte, está comprometida com a transformação social.

No contexto socioeconômico e cultural dos povos latino-americanos, essa questão articula-se com a luta pela conquista dos meios de produção, sendo um dos principais a conquista da terra e a luta para nela manter-se trabalhando, produzindo a sustentabilidade alimentar e ambiental, e claro se educando em comunidade.

Considerando as diversas iniciativas e as experiências em construção pelos sujeitos trabalhadores na América Latina, neste trabalho destacamos a

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

contribuição da Via Campesina na América Latina a tarefa da internacionalização da educação como ferramenta de construção de identidade de classe. Desta forma, na seqüência elencamos elementos orientadores que embasam a discussão deste trabalho.

Práticas educativas de formação em Agroecologia na Via Campesina América do Sul

Considerando as diversas iniciativas e as experiências em construção pelos sujeitos trabalhadores na América Latina, tratamos aqui das possíveis contribuições da Via Campesina América do Sul na tarefa da internacionalização da educação (como exemplo concreto, a luta pela educação do campo) como ferramenta de construção de identidade de classe.

Os elementos históricos que fazem parte da materialidade da educação do campo estão associados às ações coletivas realizadas pelos sujeitos trabalhadores do campo; das águas e da floresta por educação estão associadas à defesa do território do campo como lugar de produção de vida, de trabalho e educação, cultura, entre outros. As demandas por educação se inserem em uma “[...] agenda política e pedagógica das lutas e das práticas de Educação do Campo [...] a agroecologia de perspectiva popular, [...] uma disputa que vai além do campo das Políticas Públicas [...] (Caldart, 2010, p.124)”.

As principais linhas de atuação se forjaram em sua construção histórica a partir de lutas, encontros, conferências, congressos regionais, oficinas, intercâmbios, cursos de formação política e profissional, acampamentos, ocupações, marchas e outras ações que visam não apenas à reivindicação e conquista dos direitos sociais, como também à maior conscientização e à organização coletiva em defesa das identidades e especificidades camponesa, indígena e quilombola.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Conforme consta no documento *Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses* (Via Campesina, s/d), suas linhas de atuação são: a) luta pela reforma agrária e mudanças sociais no campo sustentadas por uma mudança do modelo econômico, social e político vigente; b) soberania alimentar e comércio internacional, com produção de alimentos diversificados e saudáveis (produção agroecológica), buscando planificar e regulamentar a produção para sua comercialização construindo uma política agrícola alternativa à desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC); c) agricultura camponesa sustentável; d) biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos: reconhecendo e respeitando a imensa diversidade humana, cultural, de ecossistemas e de sistemas produtivos, bem como a necessidade de busca dos direitos do(a) agricultor(a) no acesso aos meios, investigações e políticas que conservem a biodiversidade e projetem a soberania alimentar; e) gênero e direitos humanos: buscando os princípios da participação da mulher nos espaços de tomada de decisões, assim como a defesa dos direitos civis e políticos, rechaçando qualquer tipo de violência cometida contra esses princípios.

Entendemos que essa forma de atuação da Via Campesina pode ser considerada como elemento relevante de um programa de lutas. A luta contra os agrotóxicos, por exemplo, não é uma campanha, mas uma ação estratégica contra as transnacionais, que representam os interesses da classe portadora de capital no campo latino-americano.

As linhas de atuação são relevantes na construção de processos educativos e demais experiências dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional. Na especificidade deste trabalho, nossa atenção recai sobre suas iniciativas conjuntas para a formação político-profissional e humana de militantes e quadros dirigentes diante da necessidade desses trabalhadores formarem seus próprios intelectuais orgânicos e sua base.

Nessa concepção a educação, em um sentido amplo, é concebida como ferramenta primordial no processo de reconstrução das ações dos sujeitos que

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

vivem do trabalho, pois os processos de produzir a vida e de se educar são simultâneos.

Alguns cursos e atividades de formação realizados na Via Campesina são:

(i) formação política e humana, de caráter informal, sem exigência de escolaridade, como, por exemplo, o Acampamento Latino-americano de Jovens, realizado há 13 anos, o Curso Cone Sul, com 14 anos de existência e organizado em caráter itinerante; os Cursos de Formação de Formadores e Teoria Política Latina; e (ii) cursos de formação técnica, política e humana, como os realizados nos Institutos de Agroecologia (com a exigência de determinado nível de escolaridade, de caráter formal e institucional).

Os cursos e atividades de formação são organizados e acontecem em espaços como Centros/Escolas de Formação em Agroecologia no Estado do Paraná, Escola Nacional Florestan Fernandes, Instituto Agroecológico Latino-Americano (IALA) Guarani no Paraguai, e a IALA Paulo Freire, na Venezuela; c) Jornadas de Agroecologia; d) Acampamentos de Juventude; e) Atividades de formação de base e militantes, com várias iniciativas (Via Campesina..., 2012).

Também integra o processo de formação de militantes e quadros políticos os a) cursos formais – associados à Educação Profissional nos níveis Fundamental, Médio, Superior, Especializações e Pós-Graduação – na Formação dos Educadores e Educadoras; e b) processos formativos desenvolvidos em Cursos Formais e Informais nos Centros/Escolas de Formação do MST, conduzidos pela Escola Nacional Florestan Fernandes.

A necessidade de priorizar processos de formação para essas organizações tem sido apontada, através dos documentos da Via Campesina (2010), de maneira incisiva e contundente como parte fundamental para avançar em uma compreensão e interpretação adequadas da realidade em que se atua, bem como de relacionar as lutas concretas às teorias que permitam clarear e vislumbrar as diferentes tendências e interpretações dos problemas vivenciados na atualidade.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Consideramos que a experiência de formação da Via Campesina Internacional (2010), tem por base a sua necessidade de forjar quadros dirigentes de suas organizações que tenham domínio de conhecimentos científicos político-profissionais vinculados a seu próprio programa de luta e/ou com vistas ao avanço deste e mesmo de sua concretização.

A construção de uma contra-hegemonia dominante através da luta dos trabalhadores perpassa, em seu aspecto ideológico, pela construção de políticas de formação que possam fundamentar e organizar ações pedagógicas que possibilitem elaborar criticamente a atividade intelectual, esclarecer as relações de dominação e sedimentar a consciência na busca de forjar homens-coletivos, desde sua atuação coerente e unitária: intelectuais forjados no próprio seio da classe trabalhadora.

De acordo com o relatório de atividades da Comissão de Formação e Educação da Via Campesina Internacional (2010), dentre as diversas atividades relatadas no período de janeiro de 2008 a novembro de 2009 foram citados encontros, cursos, seminários e conferências que promoveram o debate acerca da agroecologia, sua necessidade, concepções e abordagens, demonstrando, fortemente, ser uma linha de atuação dessa organização. Todavia, os processos de formação de militantes e quadros realizados pela Via Campesina são parte da necessidade real dos Movimentos Sociais e Populares do Campo no intuito de qualificar a força social popular na perspectiva da transformação social. Destacamos, também, que as discussões relativas à agroecologia estão interligadas com o contexto das relações de produção existentes, com as transformações do processo de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas.

O debate e a apropriação da agroecologia são uma construção recente com maior projeção a partir dos anos de 1980. Em resumo, constitui um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes dos povos originários e camponeses “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas

Trabalho necessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42).

Para a construção da agroecologia em um sentido amplo, é necessária a compreensão da totalidade dos processos sociais, ambientais e outros, como síntese das múltiplas determinações da produção social em contexto, conforme defende La Via Campesina(LVC) Internacional sobre a concepção de agroecologia,

Declaramos que la Agroecología es necesaria para que los pueblos garanticen la soberanía alimentaria y energética para la emancipación humana, además, la agroecología es vital para el avance de la lucha de los pueblos para la construcción de una sociedad em donde no haya la propiedad privada de los medios de producción y de los bienes naturales, sin ningún tipo de opresión y explotación, cuyo fin no es la acumulación (Lvc, 2013, p.19).

A construção de processos de produção e educativos orientados por bases e princípios agroecológicos vincula-se ao anseio e à necessidade de um Projeto Popular para o Campo, já que a agroecologia se insere como parte das possibilidades concretas de os seres humanos forjarem novas relações de sociabilidade, cultura e conhecimento. Entendemos, todavia, que ela por si só não tem a força para materializar a tarefa histórica de edificar a sociedade socialista, pois: “[...] tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital” (Martins, 2009, p. 37).

As principais iniciativas práticas em construção pelos Movimentos sociais e populares do campo articulados à Via Campesina América do Sul englobam a produção de alimentos saudáveis, a produção de sementes agroecológicas, o manejo ecológico do solo, a recuperação de áreas degradadas e a formação permanente e ampla em agroecologia.

Nesse aspecto, a agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza e, ao mesmo tempo, agir para sua transformação. É condição para a sua promoção que o (a) camponês (a) assuma uma posição ativa, de pesquisadores das

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

especificidades de seu agroecossistema, que busquem desenvolver tecnologias apropriadas às condições locais de solo, relevo, clima, vegetação, interações ecológicas e também sociais, econômicas e culturais; e o técnico-militante-educador em agroecologia tem por tarefa apoiá-los nesse processo.

Por conseguinte, a criação das redes de escolas, os Institutos de Agroecologia, como parte do protocolo de intenções assinado no Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre, no ano de 2005, objetiva contribuir com a formação dos povos latino-americanos mediante a educação profissional e tecnológica em agroecologia. Por exemplo, o IALA Paulo Freire, na Venezuela, teve a experiência de editar o documento-reitor (documento construído desde as organizações da Via Campesina e o Ministério de Poder Popular para a educação superior).

A criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) resultou da assinatura de um protocolo de intenção entre os dirigentes da Via Campesina Brasil, da Via Campesina Internacional, do governo do Estado do Paraná na gestão de Roberto Requião, do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da Universidade Federal do Paraná, o local de assinatura entre esses organismos foi o município de Tapes, RS, durante a realização do V Fórum Social Mundial ocorrido em janeiro de 2005 (Ceagro, 2009).

Conforme as informações organizadas pela Elaa (2009), o trabalho realizado pelos sujeitos individualmente e pelos sujeitos coletivos visa a concretizar processos formativos em agroecologia na materialidade da vida no campo.

Na construção dos processos educativos, são constituídas tentativas diversas de registro e sistematização de experiências agroecológicas, incluindo os trabalhos dos (as) educandos (as) com as comunidades objetivando a motivação e a construção de processos de transição da agroecologia (Elaa, 2009; Acap, 2011).

Outras experiências sistematizadas (Elaa, 2009; Ceagro, 2009) demonstram que existem escolas formais (com vínculo à escolarização) e outras

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

não-formais ou livres (não necessariamente vinculadas a um grau de escolaridade). Destas, podemos citar as iniciativas em nível de Educação Média concomitante com a Educação Profissional Tecnológica, a Educação Superior (Tecnólogo Superior e também a Graduação) realizada com os Institutos Federais e Universidades. Esses cursos e programas geralmente são organizados em parcerias ou acordos da Via Campesina Internacional com outras instituições (escolas, universidades ou governos) que possibilitam a admissão de educandos (as) oriundos de organizações sociais do campo.

Quanto às iniciativas já concretizadas no Movimento Social e Popular do Campo e Via Campesina no Brasil, existem os Centros e Escolas de formação do Movimento Sem Terra no Paraná, que são Escola Iraci Salete Stronzak (em Cantagalo), Escola Ireneo Alves dos Santos (em Rio Bonito do Iguaçu) – ambas articuladas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO); Escola José Gomes da Silva, interligada ao Instituto Técnico e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA) (em São Miguel do Iguaçu), Escola Milton Santos (em Maringá) e Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), no município da Lapa (Lima, et al,2012).

Nesses espaços, os Cursos Técnicos em Agroecologia são oferecidos nas seguintes modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado, Técnico em Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos, Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Tecnólogo em Agroecologia, Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais e Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite (Lima, 2011).

Na Escola José Gomes da Silva, foram realizado cursos de formação técnica, política e organizativa, sendo 04 turmas de Cursos Prolongados, com uma média de 100 participantes cada turma e duração de três meses; 04 turmas de cursos Técnicos de Agroecologia, com média de 60 dias; o Curso Cone Sul, com duração de 30 dias (Turma VI e VII, com 100 militantes cada), participantes dos países Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Estados Unidos, Espanha, Equador, Uruguai e Brasil; Curso Técnico em Agropecuária,

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

com ênfase em Agroecologia, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estudantes do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina. Destacamos, ainda, uma experiência do Curso Técnico em Saúde Comunitária.

Outras conquistas e processos educativos em construção são os Institutos de Agroecologia – IALAS (Educação Superior) como o IALA Paulo Freire (Instituto Universitário Latino-Americano de Agroecologia Paulo Freire) localizado na Venezuela, província de Barinas, o IALA Guarani, localizado no Paraguai, e o IALA Amazônico, localizado em Marabá, estado do Pará.

A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), ao realizar um balanço de nove anos de trabalho na construção de processos produtivos e formativos em Agroecologia, sintetiza importantes elementos,

[...] o MST e La Vía Campesina já dispõem de 11 escolas técnicas de nível médio em Agroecologia, e no nível universitário tem-se a Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA e o Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia em parceria com a UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso. Na Venezuela em parceria com o Governo, foi criado o IALA – Instituto de Agroecologia Latino Americana – Paulo Freire, que recebe educandos e educandas de vários países latino-americanos, e já se encontram em avançado processo de constituição o IALA Guarani, no Paraguai e o IALA Amazônico, no Estado do Pará (Elaa, 2009,p. 8).

Em relação às atividades pedagógicas de caráter não-formais, são realizadas a formação de mulheres, cursos de formação de formadores, cursos de formação de militantes do Cone Sul, Cursos da Teoria Política Latino-Americana realizada pela e na Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada em Guararema, no Estado de São Paulo. Dentre as ações, houve, em 2011, o Curso de Formação Política e Agroecologia – intercâmbio das organizações da Via Campesina Brasil e Via Campesina do Haiti, no período de 31 de março a 17 de agosto na Escola Milton Santos de Formação em Agroecologia, localizada em Maringá, no Paraná.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Segundo os estudos realizados e aqui apresentados sinteticamente, observamos que a Via Campesina Internacional qualifica os (as) trabalhadores (as) do campo para atuar, de forma consciente, nos processos da organização política e econômica nas comunidades camponesas, nos quais se inclui a agroecologia com clara posição e ação de enfrentamento combativo ao capital no território latino-americano. A educação promovida pelos movimentos sociais da Via Campesina é parte da luta de classes, em que figuram como antagonistas as grandes empresas transnacionais e onde se efetiva a defesa de toda a classe trabalhadora.

A metodologia dos processos formativos é decidida em reuniões preparatórias que envolvem diferentes segmentos dos Movimentos Sociais e Populares do Campo, os quais elencam áreas, temas e conteúdos prioritários. Há seleção e organização das turmas, elaboração dos planejamentos e busca de financiamentos para a manutenção das ações. Na pedagogia do MST, baseada nos estudos de Marx e Engels, nas contribuições da pedagogia socialista, de Paulo Freire e experiências dos Movimentos Populares, são ressaltadas a auto-organização para os estudos, a participação efetiva nas discussões, as rodas de conversas, os debates, a produção de registros dos estudos, a elaboração de textos e sínteses, as trajetórias de vida, as vivências práticas e a experimentação, que permitem, em seu conjunto, a formação de sujeitos críticos e participativos em seus próprios processos de aprendizagem.

Os formadores são profissionais especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e militantes experientes que atuam como mediadores no estímulo aos estudos, problematizando situações, apontando possibilidades e mobilizando o grupo de educandos a avançar em seus percursos educativos.

Em todas as atividades formativas há a presença da mística, atividade lúdica de abertura e mobilização, que se utiliza de diferentes linguagens – verbais, não verbais, corporais, cênicas, musicais e outras – com o objetivo de vivificar as lutas, promover a interação, a participação, a expressão e a visibilidade de questões afetas aos sujeitos do campo e questões sociais gerais. Essa

Trabalho necessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

elaboração é de responsabilidade dos educandos, que a assumem como uma tarefa cotidiana de participação, integração, comunicação, resistência, aprendizagem, desenvolvimento intelectual e físico, compartilhamento e humanização.

As avaliações são contínuas e diagnósticas, congregam inúmeras e diferentes estratégias priorizando o registro das situações de aprendizagem, os avanços, os limites e o diálogo permanente. São considerados o coletivo e o caráter formativo, reflexivo e criador que possibilita, aos sujeitos envolvidos nas formações, a análise e a construção de instrumentos de acompanhamento que permitem maior consciência sobre a responsabilidade que têm em relação às lutas dos (as) trabalhadores (as) do campo e a relevância que a educação formal e não-formal possuem nesse processo.

Considerações finais

Identificamos que a Via Campesina, com ênfase para os processos e experiências conduzidas pelo MST, qualifica seus militantes e quadros políticos e técnicos para atuar, de forma consciente, nos processos de avanço da organização política e econômica, nos quais se inclui a agroecologia com vistas a superar a histórica desigualdade de classes. Os Centros/Escolas de Formação e os Institutos de Agroecologia são espaços que vêm sendo aprimorados para a realização de cursos de formação em Agroecologia e de outras práticas educativas, e estão postos em lugar de destaque na estratégia de formação dos sujeitos Sem Terra críticos e ativos na sociedade.

Compreendemos que as ações políticas promovidas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo e a Via Campesina somam-se para o acúmulo de forças da luta de classe na atualidade e constituem mediações necessárias no interior dos processos sociais que almejam a superação do modo de produção capitalista.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

Ainda que construídas por e dedicadas à população do campo em luta direta contra o agronegócio, os processos educativos da Via Campesina e do MST incidem sobre as condições de vida de toda a sociedade, como assinalamos a seguir.

Um primeiro impacto que observamos é na elevação do nível educativo de sujeitos que afetam seus entornos. Cada campesino/a formado/a nas escolas aqui descritas leva para suas comunidades e com elas compartilha um mundo novo de saberes, que se conjugam e valorizam os saberes e a história dessas comunidades, contribuindo com a construção de novas práticas, novas relações sociais e formas inovadoras de organização do trabalho agrícola.

Outro aspecto é a defesa dos bens comuns da humanidade como a terra, a água, as sementes, a biodiversidade. Os Movimentos Sociais Populares defendem que estes não podem ser tratados como mercadoria, resguardando, assim, o interesse e estar a serviço de toda a humanidade.

Um terceiro ponto, que trata também das estruturas socioeconômicas, é a proposta da soberania alimentar como o direito de todos os povos a decidir o que comer, quanto comer, como comer, quando comer elevando os aspectos culturais da alimentação o empoderamento das comunidades, recusando o controle e padrão alimentício que das empresas transnacionais. E a produção de alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos a preços baratos para os trabalhadores urbanos.

A educação é parte do sistema da sociedade capitalista na qual vivemos, mas, tem um caráter contraditório; portanto, pode ser uma ferramenta de reprodução para favorecer o capital, ou pode estar a serviço da construção de novos homens e novas mulheres, que dentro desse mesmo processo educativo vão se construindo, e nesse movimento, construindo uma nova sociedade justa e igualitária, onde o ser humano é o centro.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 22 – 2015

Referências

- ACAP – ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ. Nossa História: Agroecologia e as Escolas de Formação no Paraná. TONÁ, N.QUEIROZ, J. G. (Coord.). MST. Curitiba, 2011.
- ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2.ed. - Londrina: Editora Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). *Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão*. Brasília, DF: INCRA; MDA. 2010. p.103-126.
- CEAGRO - CENTRO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA. Projeto de rede de educação e pesquisa popular em agroecologia. Canta Galo-Paraná, 2009. 23f, digitado.
- ELAA – ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA. ELAA: Experiências camponesas de Agroecologia. Imprensa Oficial Governo do Estado do Paraná: Curitiba, 2009.
- HARVEY, David. Condição pós – moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola. 13º Ed. São Paulo. 2004.
- _____. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, 2008.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006.330f. (Tese em Educação) – CED/UFSC, Florianópolis.
- LA VÍA CAMPESINA (LVC). Movimento Campesino Internacional. De Maputo a Yakarta – 5 Anos de agroecología em La Vía Campesina. Por La Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable, 2013.
- LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental, In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar.2002.
- LIMA, Aparecida do Carmo. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006.330f. (Tese em Educação) – CED/UFSC, Florianópolis.
- _____, et al.. Reflexões sobre a Educação Profissional em Agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, H.T.; LEMOS E. B. (Org.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 191-216.
- MARTINS, Adalberto. Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por Reforma Agrária. In: *Revista Sem Terra, Especial Agroecologia*, São Paulo, 2009. p.36-43.
- MARX, Karl. O Capital – O processo de produção do capital, Livro 1, Volume 1, 23 Ed., Trad. Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 22 – 2015

MÈZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A educação para além do capital. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

ROSSET, Peter. ¿Qué es la Vía Campesina?, 2005. p. 7, mimeo.

STRONZAKE, Janaina. El hambre y la alimentación en perspectiva histórica, in: Revista Española de Desarrollo y Cooperación, nº 32, pp. 45-61, IUDC-UCM, Madrid, 2013.

VERDÉRIO, Alex; SILVA, Janaine Zdelski da. A prática de ensino no curso de Pedagogia para educadores do Campo na UNIOESTE. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/9/artigo_simposio_9_481_alexverderio@outlook.com.pdf>. Acesso em: 10 jul 2015.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável (2010). La Vía Campesina. In: Relatório de Atividades: outubro de 2008 a agosto de 2010. São Paulo, 2010.18p., mimeo.

_____, Disponível em.<www.viacampesina.org>.Acesso em: 30 jul 2015.

VIA CAMPESINA. Cartilha Via Campesina: A Articulação Internacional dos Camponeses. Documento [s/d]. 28 p.

_____. Organização do Processo de Sistematização de algumas experiências de Formação e Educação Política e Agroecologia. Via Campesina da América do Sul. Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Relatório de Atividades. São Paulo, jun. de 2012.

Recebido em: 30 de agosto de 2015.

Aprovado em: 01 de dezembro de 2015.